



ISBN n° 978-65-01-11585-6

A VISÃO DE ADAM SMITH SOBRE OS DIVERSOS EMPREGOS DO CAPITAL

Geovana de Souza Pifano¹
Raoni Felipe de Almeida André²

ÁREA 1 - HISTÓRIA ECONÔMICA, ECONOMIA POLÍTICA E METODOLOGIA

RESUMO

Considerando a relevância que o trabalho de Adam Smith ainda exerce sobre os estudos econômicos, bem como a importante contribuição dada pelo referido autor no estudo da disciplina de Economia Política, este trabalho discute a visão do autor sobre as diferentes formas que um capital pode ser empregado dentro de um país. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica-descritiva, a qual possui como fonte primária a obra *A riqueza das nações*. Dentre as principais argumentações feitas por Smith, verifica-se que o autor conclui que o emprego do capital na agricultura é o responsável por movimentar o maior contingente de trabalhadores produtivos e consequentemente, gerar o maior crescimento da produção anual da terra e do trabalho de uma nação.

Palavras-chave: Adam Smith. Empregos do capital. Economia Clássica.

Classificação JEL: 11

Projeto institucional vinculado: Grupo de Estudos de Economia Política (GEEP), Processo n. 2148/2023.

¹ Acadêmica de Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá.

² Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UEM.

1 INTRODUÇÃO

Adam Smith é amplamente conhecido como o pai da Economia Política, em virtude da publicação de sua obra *A riqueza das nações*, em 1776. Este livro foi capaz de desafiar as ideias mercantilistas e estabelecer as bases para a teoria econômica moderna. Em sua obra, Smith realiza uma análise detalhada da produção, do comércio, da função do mercado e do Estado, tomando como seu laboratório, a própria Inglaterra do século XVIII. Nesse sentido, ao buscar entender o que de fato torna uma nação rica e opulenta, o autor introduz conceitos importantes como a divisão do trabalho e a mão invisível.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo discutir os diferentes empregos que se pode dar ao capital, segundo a visão de Adam Smith. Trata-se assim, de uma pesquisa bibliográfica-descritiva, a qual possui como fonte primária o livro *A riqueza das nações*. Em relação à estrutura do trabalho, este está dividido em quatro seções principais. A introdução apresenta o tema e a importância da obra de Adam Smith, além dos objetivos do estudo. Em seguida, a seção que aborda o contexto histórico oferece uma visão geral do período em que Smith escreveu sua obra. A terceira seção se concentra na discussão do tema, onde se analisa a visão do autor sobre os diferentes empregos do capital dentro de uma nação, bem como suas implicações no progresso desta última. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais pontos discutidos, respondendo o objetivo do trabalho.

2 ADAM SMITH E SUA OBRA

Adam Smith nasceu em Kirkcaldy, Escócia, em 1723. Iniciou sua vida acadêmica na Universidade de Glasgow e posteriormente deu continuidade em seus estudos em Oxford. Em 1776, Smith publicou sua obra *A riqueza das nações*, na qual o autor buscou explicar o que gera a riqueza de uma nação, ou ainda, o que proporciona o crescimento econômico de um país (SMITH, 1996). Destaca-se que o autor toma como base empírica para sua pesquisa o contexto da Inglaterra, onde ocorreu a primeira Revolução Industrial, destacadamente no século XVIII.

Para Bianchi e Dos Santos (2005), a obra de Smith surge no contexto de um processo chamado de “A Grande Transformação”, que se caracteriza por mudanças econômicas - com o surgimento da sociedade de mercado - e uma revolução ética, na qual os valores até então predominantes na sociedade, passam a ser questionados.

3 OS DIVERSOS EMPREGOS DO CAPITAL

Smith (1996) argumenta que apesar do capital ser empregado na manutenção da mão de obra produtiva, isto é, na manutenção do trabalhador produtivo, a quantidade de mão de obra

que um mesmo capital é capaz de empregar varia de acordo com a aplicação desse capital, ocasionando um maior ou menor acréscimo a produção anual da terra e do trabalho do país. Destaca ainda que o capital pode ser empregado de quatro maneiras diferentes e que cada uma dessas formas é essencial para a existência e a ampliação das outras, dessa forma o capital pode ser aplicado: i) na agricultura, ii) na indústria manufatureira, iii) no comércio atacadista e iv) no comércio varejista.

O capital do comerciante varejista deve repor os lucros e o capital aplicado pelo comerciante atacadista, com o qual ele compra sua mercadoria, o que possibilita que o atacadista consiga dar continuidade ao seu negócio, além disso, o capital do varejista dará emprego apenas para o varejista. Por outro lado, o capital do atacadista deve repor o capital dos agricultores e dos manufatureiros dos quais o atacadista compra a mercadoria. Smith (1996) argumenta que a partir dessa negociação, o atacadista é capaz de contribuir indiretamente para a sustentação da mão de obra produtiva da sociedade, ademais, esses indivíduos são responsáveis por dar emprego aos marinheiros e transportadores que transportam suas mercadorias para outras localidades, sendo essa a mão de obra que os atacadistas colocam em ação, constituindo-se também no valor que o capital aplicado por esses indivíduos agrega à produção anual. O capital empregado pelo manufatureiro, por sua vez, se divide em várias partes, a parte que é usada para compra e reposição dos instrumentos de trabalho, é chamada de capital fixo, a parte que é usada para comprar materiais é chamada de capital circulante e repõe os lucros e capital empregado pelos agricultores. Assim, é possível concluir que o manufatureiro movimenta uma quantidade maior de mão de obra produtiva do que o comerciante atacadista, que por sua vez, movimenta uma quantidade maior que o varejista. No entanto, é o capital do agricultor que movimenta o maior contingente de mão de obra produtiva, por esse motivo acrescenta um valor muito maior à produção anual do país do que qualquer outra forma de aplicação do capital. Assim, Smith (1996) argumenta que o emprego do capital na agricultura é o mais vantajoso para a sociedade.

Para Smith (1996), assim como um indivíduo qualquer, um país pode não dispor de capital suficiente para realizar o aprimoramento e o cultivo de toda sua terra, para industrializar e preparar toda a sua produção bruta e para transportar o excedente da sua produção bruta ou industrializada. Podemos resumir esses fatos em três objetivos com os quais um país se depara: i) Aprimoramento e cultivo, ii) Industrialização da produção e iii) Comercialização do excedente. Sendo assim, quando um país não possui capital suficiente para esses três objetivos significa que este país ainda não chegou ao seu maior grau de riqueza.

No que diz respeito a soma do capital dos indivíduos de uma nação, Smith (1996) ressalta que este capital cresce da mesma forma que o capital de um indivíduo particular, isto é, em razão do acúmulo contínuo e progressivo, acrescentando ao capital já existente aquela quantia da renda que é capaz de ser economizada. Dessa forma, quanto maior for a renda, maior será a poupança dessa economia e consequentemente, maior será o acúmulo de capital. Nesse sentido, ao empregar o capital na atividade capaz de agregar o maior valor a produção anual - a agricultura – abre-se a possibilidade para um rápido aumento do capital. Contudo, Smith (1996) alerta para o fato de que foram poucos os países que foram capazes de acumular capital de maneira a satisfazer os três objetivos citados anteriormente.

Há ainda uma importante distinção entre os diversos ramos do comércio atacadista onde o capital pode ser aplicado. Esses diversos ramos podem ser resumidos em três. O primeiro deles é o comércio interno, onde as mercadorias são compradas em uma região e revendidas em outra, destaca-se como segundo ramo o comércio exterior para o consumo interno, o qual consiste na importação de mercadorias estrangeiras para consumo interno, por último, há o comércio de transporte, o qual se caracteriza pela efetivação do comércio entre países estrangeiros ou pelo transporte de produção excedente de um país para outro. Em síntese, o capital empregado no comércio interno é capaz de estimular e sustentar uma quantidade maior de mão de obra produtiva dentro do país, ocasionando uma maior produção anual da terra e do trabalho deste país, quando comparado ao comércio externo, isso ocorre pois uma parte do capital que deve ser repostado pelo atacadista escoa para os agricultores e manufactureiros do país estrangeiro com o qual se transaciona as mercadorias, por outro lado, o capital empregado no comércio exterior apresenta maiores vantagens do que aquele empregado no comércio de transportes, pois o capital empregado neste último escoa inteiramente para os países estrangeiros envolvidos nesse comércio. Contudo, cada um desses ramos do comércio é necessário e inevitável, haja visto que quando a produção de um determinado setor excede sua demanda interna, tal excedente deve ser exportado e trocado por alguma mercadoria que possua demanda no país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi demonstrar as diferentes formas pelas quais o capital pode ser aplicado segundo Adam Smith. Ao longo da análise, verificou-se que para Smith (1996) um mesmo capital irá movimentar quantidades diferentes de mão de obra produtiva e acrescentará um valor maior ou menor à produção anual de um país de acordo com as diferentes proporções em que esse capital for aplicado na agricultura, nas atividades manufatureiras, no comércio

atacadista e no comércio varejista. Sendo a agricultura a atividade capaz de movimentar o maior contingente de trabalhadores produtivos.

Além disso, o capital aplicado no comércio interno é responsável por dar o maior impulso à produção anual de um país, pois em sua essência repõe dois capitais que são nacionais – o capital do agricultor e o capital do manufaturador - diferentemente do capital empregado nas importações e no comércio de transporte.

Uma sugestão de pesquisa futura seria a análise das ideias de Adam Smith sobre a aplicação do capital no contexto atual, em que novas formas de investimento estão surgindo.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, Ana Maria; DOS SANTOS, Antonio Tiago Loureiro Araújo. **Adam Smith: filósofo e economista**. Instituto Humanitas Unisinos, 2005.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre a natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.



ISBN n° 978-65-01-11585-6

A CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO ECONÔMICA ALEMÃ NA FORMAÇÃO DO CAPITALISMO GLOBAL

Israel Rodrigues Pereira¹
Claudeci da Silva²

ÁREA 1 – HISTÓRIA ECONÔMICA, ECONOMIA POLÍTICA E METODOLOGIA

RESUMO

A Alemanha é uma das três maiores economias capitalistas do mundo, com altas taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB), uma das mais sólidas e desenvolvidas economias do sistema capitalista global e talvez a maior economia capitalista industrial do mundo – considerando PIB industrial per capita. O objetivo do resumo é apresentar e relatar brevemente a formação econômica da Alemanha, e apontar algumas de suas contribuições ao processo de formação e desenvolvimento do sistema capitalista global, num processo que se deu mediante a unificação do seu território e do planejamento governamental, visando a industrialização do País. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica-descritiva. Os resultados do estudo mostraram que a Alemanha foi e é uma das nações mais importantes para a formação e conformação do desenvolvimento do modo de produção capitalista de maneira global, e a nação capitalista mais relevante economicamente da Europa Central.

Palavras-chave: Capitalismo; Economia Alemã; História Econômica; Industrialização; Unificação Alemã.

ABSTRACT

Germany, one of the three largest capitalist economies in the world, with high gross domestic product (GDP) growth rates, one of the most solid and developed economies in the global capitalist system and perhaps the largest industrial capitalist economy in the world - considering industrial GDP per capita. The aim of this summary is to give a brief account of Germany's economic formation and to point out some of its contributions to the process of formation and development of the global capitalist system, in a process that took place through the unification of its territory and government planning aimed at industrializing the country. This is a bibliographical-descriptive study. The results of the study show that Germany was one of the most important nations in shaping the development of the global capitalist mode of production, and the most important nation in economically Central Europe.

Key-words: Capitalism, German Economy, Economic History, Industrialization, German Unification.

Classificação JEL: F15. O53. P10.

Projeto institucional vinculado: Projeto de Ensino n°198/2024

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá – ra124405@uem.br.

² Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá – csilva2@uem.br.

1 INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista é hoje a forma social e o sistema produtivo predominante em todo o mundo, tanto ocidental, quanto oriental. De maneira que, todas as nações, embora possam ter outras características econômicas que predominam³, vivem economicamente sobre a égide do capitalismo, isto é, produzem e reproduzem a riqueza social nos termos do capitalismo.

Não obstante, o capitalismo, enquanto sistema, não é resultado de um dado natural da história dos homens, mas é um sistema social que se desenvolveu de forma mais ou menos lenta e gradual até ser absorvido pelas nações, regiões e continentes, com origem nos países da Europa central. Nesse sentido, a participação dos países e das nações na formação do capitalismo é absolutamente diversa, e essa diversidade é proporcional às vias extremamente particulares pelas quais o capitalismo irá se estruturar em cada nação.

Conforme Michel Beaud (1987) afirma, houve, se bem é verdade, uma longa marcha para o capitalismo. O ritmo, modo e natureza dessa marcha tem uma forma específica, que depende, evidentemente, da singularidade dos processos históricos e sociais das nações.

Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar e discutir a formação histórica e econômica da Alemanha, e sua participação dentro do surgimento, desenvolvimento e conformação do modo de produção capitalista no mundo. A metodologia empregada é a análise bibliográfico descritiva, tendo como base livros e artigos científicos.

2 A FORMAÇÃO HISTÓRICA-ECONÔMICA DA ALEMANHA

2.1 AS ORIGENS DO ESTADO ALEMÃO: A ALEMANHA ANTES DE SER ALEMANHA.

Antes do século XIX, o que hoje chama-se de Alemanha não era nada além de centenas de conglomerados de estados independentes, com povos que possuíam estruturas políticas e econômicas bem diversas, unidos, no entanto, apenas pelo fato de serem falantes da língua alemã.

No âmbito econômico, os estados eram dotados de maneira absolutamente desigual, havendo aqueles que já estavam se estabelecendo nos limiares da revolução industrial, e outros ainda num contexto bastante similar ao feudalismo. Estes estados juntos integravam o chamado

³ Vê-se China e Cuba, por exemplo, que ainda que sejam nações que passaram por revoluções de natureza socialista e possuam estruturas econômicas burocratizadas, são economias que operam dentro da dinâmica capitalista de produção.

Sacro Império Romano-Germânico. O fato de cada estado possuir, respectivamente suas próprias leis e normas, gerava uma verdadeira barreira ao comércio e a integração econômica (Almeida Junior, 2023, p. 13).

Algumas condições, circunstâncias e fatos ensaiaram a dissolução do Sacro Império, além da unificação de todos os numerosos territórios em um único Estado-Nação. Em 1806, o poderoso Reino da Prússia – que junto ao Império Austríaco formavam as duas mais fortes potências políticas e econômicas do Sacro Império - foi derrotado pela França de Napoleão Bonaparte e submetida ao Bloqueio Continental⁴ estabelecido pelo Decreto de Berlim e imposto pelo imperador corso, o que abalou demasiadamente uma economia exportadora de grãos como a economia da Prússia. (Almeida Junior, 2023, p. 18)

Essas ocorrências só reforçaram a necessidade de fortalecer a integração econômica entre os estados do Sacro Império, e pavimentaram o longo e tortuoso caminho para a formação da Zollverein, que precedeu a unificação política. A Zollverein, foi um tratado aduaneiro extremamente importante que foi implantado em 1834, na maior parte dos estados da Confederação Alemã, o que por sua vez, desfez todas as tarifas internas e firmou acordos postais e administrativos, além de impor a taxa de câmbio fixo entre as moedas da Prússia e os demais estados germânicos do sul – nessa padronização monetária a moeda instituída como comum, foi o *thaler* prussiano, e o *gulden* bávaro (Almeida Junior, 2023, p. 40).

A Zollverein foi a primeira medida de integração regional, e um primeiro grande passo em direção ao movimento de unificação alemã, na medida em que garantia a comunicação entre todos os estados que assegurou um grande aumento no fluxo do comércio, mediante a convergência do nível de preços e um imprescindível fomento ao processo de industrialização corrente que se processava, sobretudo, nas principais forças econômicas do Sacro Imperio, a Austria e a Prússia. Se expressando, deste modo, como um fator primordial para a integração e desenvolvimento econômico do que viria a se constituir enquanto Alemanha (Almeida Junior, 2023, p. 33).

O período que sucedeu a Zollverein foi marcado pelo degladiar das duas potências da Confederação Germânica: o Império Austríaco e o Reino da Prússia. A partir desse, processo dois conflitos foram cruciais para a unificação dos estados alemães: a Guerra Austro-Prussiana (1866), e a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Nesses dois conflitos, a Prússia se sobrelevou enquanto principal vanguarda responsável pela unificação alemã. No primeiro, fez com que o Imperio Austríaco fosse excluído da Unificação Alemã, e na segunda, após a vitória

⁴ O decreto impedia o acesso de navios ingleses e irlandeses aos portos dos países dominados pelo Primeiro Império Francês.

sobre o Segundo Império Francês, reforçou a ascensão da Prússia como maior potência continental, que levou a cabo a unificação dos estados germânicos (Vidigal, 2006).

Nesse contexto, foi que em 1862, Otto von Bismarck conhecido como o “Chanceler de Ferro”, assume o cargo de ministro-presidente da Prússia, o chanceler foi, sem dúvidas o personagem individualmente mais importante no processo da unificação alemã. Ele pretendia que a Prússia se tornasse protagonista na Europa Central, pretensão que só se poderia fazer-se realidade, caso a Prússia se tornasse protagonista do Estado e do povo alemão, estes unificados. Bismarck foi um grande líder político, além de firmar alianças militares com os franceses e italianos para guerrear contra os austríacos, ele assegurou, por outro lado, a neutralidade austríaca ao batalhar contra os franceses.

A rigorosa industrialização observada entre às décadas de 1840 e 1860, foi fruto das reformas econômicas realizadas no decorrer de todo o século XIX, foram as inovações tecnológicas referentes a esse processo que permitiram o sucesso e a vantagem prussiana também no âmbito militar. A derrota do Império Austríaco para o Reino da Prússia resultou na dissolução da Confederação Germânica, que foi substituída pela Confederação Germânica do Norte. A Confederação do Norte foi formada por estados anexados pela Prússia (Kennedy, 1989).

Com o fim da Guerra Franco-Prussiana, foi realizada a coroação de Wilhelm I como imperador alemão, e com a conclusão do Tratado de Frankfurt (1871), marcou-se o fim do processo de unificação alemã. A partir, de 1871, a agora unificada Alemanha alcança seu período de plena maturidade enquanto potência econômica capitalista. O período que se estende de 1871 à 1914 – com o início da Primeira Guerra Mundial – é o momento em que o poder industrial alemão foi capaz de erguer um Império impar. (Almeida Junior, 2023, p. 61)

Houveram instituições de extrema importância que foram oriundas desse processo, entre elas, a Lei Monetária de 1873, que viria criar uma moeda única para todos os estados alemães: o *goldmark*, com lastro em ouro. Foi criado também, o *Reichsbank*, um banco nacional que incorporou o Banco da Prússia e herdou as avultadas reservas em ouro providas das indenizações impostas pelo Tratado de Frankfurt aos franceses.

Foram nesses caminhos e descaminhos, a partir de ocorrências históricas de natureza política, econômica e social, que foi estruturada a Alemanha, um estado nacional montado a partir de um conjunto numeroso de estados e povos agrários – alguns até mesmo feudais – que se constituiu uma poderosa e exemplar nação e economia industrial capitalista.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia alemã como se apresentou nesse trabalho, foi uma economia capitalista retardatária, que iniciou seu processo de industrialização com séculos de atraso se comparado as economias de países como Inglaterra e França ou mesmo Estados Unidos da América, haja vista, que enquanto estes países já estavam se estabelecendo na segunda revolução industrial a Alemanha não era sequer um país unificado. No entanto, por meio de guerras, embates, e revoluções, a Alemanha conseguiu se unificar, transformando-se em uma potência militar, política e econômica.

Sendo a maior contribuinte para a formação de um mercado capitalista de grandes proporções – de proporções industriais – na Europa Central. A contribuição da Alemanha se deu inclusive no âmbito da teoria econômica, com autores da chamada Escola Histórica Alemã que construíram um modelo teórico – histórico-indutivo – para elaboração de um projeto de desenvolvimento da economia capitalista que se processe pelas vias do planejamento governamental, investimento público e coordenação produtiva estatal. Portanto, uma economia com contribuições fartas tanto objetivamente nas relações econômicas, quanto também em matéria de conteúdo teórico-científico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, E. **Alemanha: uma análise do processo econômico que possibilitou a sua união em 1871**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

BEAUD, Michel. **A História do Capitalismo - de 1500 aos nossos dias**. 1.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

KENNEDY, Paul. **As Guerras da Unificação Alemã**. In: KENNEDY, Paul. Ascensão e Queda das Grandes Potências. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VIDIGAL, Armando. **Guerras da Unificação Alemã**. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). História das Guerras. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.



ISBN n° 978-65-01-11585-6

HISTÓRIA DA CHINA E SUA RELAÇÃO COM O SURGIMENTO DO CAPITALISMO

Geovana de Souza Pifano¹
Claudeci da Silva²

ÁREA 1 – HISTÓRIA ECONÔMICA, ECONOMIA POLÍTICA E METODOLOGIA

RESUMO

A China trata-se de um país com uma história rica em detalhes, passando por várias fases e dinastias. Sua origem se inicia ainda no período Neolítico, muito antes do surgimento do Sistema Capitalista. Assim, é fundamental investigar as origens históricas deste país, traçando uma possível conexão entre a sua formação histórica e econômica e o surgimento do capitalismo. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar e discutir a formação histórica e econômica da China, bem como sua relação com o advento do sistema capitalista. A metodologia empregada é a análise bibliográfico-descritiva, tendo como base livros e artigos científicos. Como principal resultado, verifica-se que a criação da rota da seda, proporcionou uma rota de comércio onde mercadorias e inovações eram intercambiadas, o que contribuiu para formação das bases do sistema capitalista.

Palavras-chave: China, Rota da Seda, Capitalismo.

Classificação JEL: F15.053.P10

Projeto institucional vinculado: Projeto de Ensino n°198/2024

¹ Graduanda de Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Email: ra129087@uem.br

² Professora do departamento de Ciências Econômicas da UEM. Email: csilva2@uem.br

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a China apresenta um dos maiores crescimentos econômicos dentro do cenário mundial, o que se reflete no aumento expressivo do seu produto interno bruto (PIB) ao longo do tempo. Para compreender esse fenômeno, é fundamental investigar as origens históricas do país. Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar e discutir a formação histórica e econômica da China, bem como sua relação com o advento do sistema capitalista. A metodologia empregada é a análise bibliográfico-descritiva, tendo como base livros e artigos científicos.

2 A FORMAÇÃO HISTÓRIA DA CHINA ANTIGA

A história da China remonta a cerca de 7.000 a.C., no período Neolítico. Foi neste período que surgiram as primeiras formas de civilização dentro desse território, destacadamente na forma de aldeias que se localizavam perto da margem dos rios. O fato de essas aldeias estarem próximas a uma fonte hídrica possibilitou o desenvolvimento da agricultura, destacando-se como principal forma de cultivo o plantio de arroz (Azevedo, Seriacopi, 2010, p. 55).

Além disso, Azevedo e Seriacopi (2010) destacam que a agricultura se desenvolveu de forma mais expressiva no vale do rio Amarelo, o que possibilitou o desenvolvimento de muitas comunidades ao redor desse rio. Com o passar do tempo, essas comunidades se transformaram em pequenos Estados, onde o poder era transmitido de forma hereditária. Na atualidade, o rio Amarelo apresenta grande importância econômica para a China, visto que as regiões ao seu redor possuem terras férteis e também são propícias para a atividade pecuária, além disso, também são fontes de recursos minerais. O rio Amarelo é também responsável por abastecer cerca de 155 milhões de pessoas e irrigar cerca de 15% de toda a produção agrícola da China (Francisco, 2022).

2.1 PRINCIPAIS DINASTIAS CHINESAS: ASCENSÃO E PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES

A primeira dinastia a surgir na China recebe o nome de dinastia Xia, a qual surge em aproximadamente 2.200 a.C., com a unificação dos povoados que se encontravam ao redor do rio Amarelo. Em seguida, a dinastia Shang ascende ao poder em cerca de 1.800. a.C. e permanece por 7 séculos. Como principais contribuições, há o desenvolvimento de uma escrita primitiva e a técnica de fabricar tecidos, a partir dos casulos do bicho da seda. Observa-se também o início da utilização concha como meio de troca (Azevedo, Seriacopi, 2010, p. 55).

Avançando no tempo, verifica-se a ascensão da dinastia Han (206 a.C.- 202. d.C.). Nessa época, houve um grande avanço na produção agrícola, em virtude da utilização de arados movidos por animais, de instrumentos de ferro e da construção de canais de irrigação. Assim, observa-se que houve um grande desenvolvimento agrícola e comercial, o que permitiu o estabelecimento de laços comerciais com nações vizinhas e com o Ocidente, por meio da Rota da Seda (Azevedo, Seriacopi, 2010, p. 56).

Em 906, inicia-se a dinastia Song, caracterizada pela utilização de papel-moeda, cheques notas promissórias e existência de banco de crédito que facilitavam o comércio entre as cidades. Além disso, essa sociedade possuía uma agricultura intensiva e altamente organizada, também contava com uma estrutura manufatureira, que produzia principalmente seda, cerâmicas, chá, álcool, livros impressos e papel. Tais fatores possibilitaram o desenvolvimento de grandes cidades (Mason, 2017, p. 89-82).

3 A ROTA DA SEDA E SUA RELAÇÃO COM O SURGIMENTO DO CAPITALISMO

Para Mendonça (2017), a rota da seda foi a infraestrutura mercantil e cultural que forneceu as bases para a globalização, pois foi capaz de articular entidades que estavam isoladas. O autor ressalta que a rota não era um percurso estritamente definido e demarcado, visto que sofreu mudanças ao longo do tempo. Além disso, eram transportadas mercadorias que atendiam às necessidades da elite, como exemplo, tem-se o comércio de especiarias, seda, pedras preciosas, entre outros. Contudo, o comércio não era constituído apenas por fluxos tangíveis, mas também por fluxo intangíveis, como o intercâmbio de ideias e costumes, assim como a disseminação de técnicas para a domesticação de animais e inovações, como o papel e a pólvora.

Dessa forma, verifica-se uma das várias contribuições que a China forneceu para o surgimento do capitalismo durante toda a sua história. Sem dúvida, o surgimento da rota da seda pode ser considerado uma das contribuições mais expressivas, pois possibilitou a interação da China com o ocidente, assim como a interação entre outras nações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, observa-se que a história da China é rica em detalhes e que sua trajetória propiciou uma das bases para o surgimento do capitalismo, destacadamente foi o primeiro país a utilizar dinheiro na forma de papel-moeda, além disso, foi responsável pela criação de uma importante rota de comércio, a qual recebeu o nome de rota da seda.

Dessa forma, pode-se dizer que a formação histórica e econômica da China contribuiu para o surgimento do capitalismo, não só como um mercado para as grandes potências europeias, mas também como um país que lançou bases produtivas e inovações que se mostraram indispensável para o advento do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, G. C.; SERIACOPI, R. **História em movimento**: ensino médio. São Paulo: Ática, 2010.

FRANCISCO, L. S. **Importância do Rios Yang-Tse e Amarelo na formação da sociedade chinesa**. Disponível em: <<https://www.oichinaonline.com.br/importancia-do-rio-yang-tse-e-amarelo-na-formacao-da-sociedade-chinesa/>>. Acesso em: 28 set. 2024.

MASON, C. **Uma breve história da Ásia**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2017.

MENDONÇA, S. **Rota da Seda, velha(s) e nova(s)**. Disponível em: <<https://repositorio.ual.pt/server/api/core/bitstreams/73ad9573-9c77-41c1-83c6-ecf9b87d914f/content>>. Acesso em 28 set. 2024



ISBN n° 978-65-01-11585-6

AS CONTROVÉRSIAS ENTRE MALTHUS E RICARDO SOBRE AS LEIS DOS CEREAIS E SUAS IMPLICAÇÕES AO CRESCIMENTO ECONÔMICO BRITÂNICO¹

Rosalina Lima Izepão²
Ana Laura Maziero³

AREA 01: HISTÓRIA ECONÔMICA, ECONOMIA POLÍTICA E METODOLOGIA

Resumo

O século XVIII marcou a consolidação do capitalismo, tendo como eixo central a Revolução Industrial inglesa. Assim, não foi acidental o fato da Inglaterra, desde então, ter se tornado potência econômica mundial e mantido esta posição até o final da I Guerra Mundial (1914-1918). Os britânicos galgaram tal posição por reunirem as condições necessárias para a industrialização, tais como: acúmulo de capitais, controle capitalista do campo, elevada oferta de mão de obra, excelente localização geográfica e a existência de grandes reservas de carvão. Outro acontecimento dos mais significativos para esta conquista relaciona-se ao fato de ter sido o primeiro país europeu a substituir o Estado Absolutista, pelo Liberal administrado pelo Parlamento. O que justifica, também, o fato da economia clássica ter surgido naquele território e, da mesma forma, assumido o *status* de Ciência com a publicação, em 1776, de “A riqueza das nações”, por Adam Smith. Entre Smith, fundador da Ciência Econômica e John Stuart Mill estão Thomas Robert Malthus (1766-1834) e David Ricardo (1772-1823), cujas controvérsias sobre as “Leis dos Cereais” são bem conhecidas. No presente estudo, tem-se como objetivo discutir tais controvérsias e as implicações deste conjunto de leis sobre a economia britânica, nas primeiras décadas do século XIX. Trata-se de uma pesquisa bibliográfico-descritiva, cujos resultados mostraram que Malthus defendia tais leis argumentando que a classe proprietária de terras, que vivia da renda da terra, beneficiava-se delas, obtendo maiores rendas. Assim, ao destinar toda sua renda ao consumo contribuía com o país, evitando a superprodução. Para Ricardo, estas leis eram prejudiciais à totalidade da economia na Grã-Bretanha porque, por meio da elevação constante dos preços agrícolas, reduziam a taxa de lucro da indústria têxtil. As implicações da manutenção destas leis, por longas décadas, implicaram no declínio da economia britânica, sobretudo, no desenvolvimento industrial durante o século XIX.

Palavras-chave: Leis dos Cereais. Crescimento Econômico. Grã-Bretanha. Controvérsias. Malthus e Ricardo

JEL: 11

¹ Projeto de Iniciação Científica UEM. Processo n. 1870/2023 – SGP.

² Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá – rlizepao@uem.br.

³ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá - ra134657@uem.br.

INTRODUÇÃO

É no contexto das significativas transformações políticas, econômicas, sociais, religiosas e culturais ocorrida na Grã-Bretanha, durante a I Revolução Industrial, que despontou a economia política clássica, da qual Thomas Robert Malthus e David Ricardo fazem parte. Estes dois economistas, embora pertencessem à mesma “Escola” - a Clássica, nem sempre defenderam as mesmas ideias. O exemplo clássico são as controvérsias estabelecidas entre ambos sobre as chamadas “Leis dos Cereais”, comuns na Europa desde o século XI e que na Grã-Bretanha tornaram-se mais fortes na “Era Napoleônica (1799-1815).” A manutenção destas leis, sobretudo a partir de 1815 tornou-se motivos de embates entre Malthus e Ricardo. O primeiro defendia sua manutenção, o segundo a sua revogação, o que só viria ocorrer em 1846.

Ante o exposto, o presente estudo tem como objetivo analisar as controvérsias entre estes dois autores e as implicações destas leis ao crescimento econômico britânico nas primeiras décadas do século XIX. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfico-descritiva.

O estudo será estruturado em 3 Seções, além desta Introdução. Na primeira Seção apresentam-se os materiais e métodos, na segunda são apresentados os resultados parciais do estudo, enfatizando-se o contexto da Revolução Industrial inglesa, as controvérsias entre Ricardo e Malthus sobre as “Leis dos Cereais” e suas implicações ao crescimento econômico britânico da época. Na terceira Seção tem-se a Conclusão.

1 MATERIAIS E MÉTODOS

Metodologicamente trata-se de uma pesquisa que pode ser caracterizada, por seus objetivos, como bibliográfico-descritiva, onde foram utilizados como fontes primárias os livros “Princípios de economia política” de Malthus e “Princípios de economia política e tributação” de Ricardo, além do artigo originalmente publicado por Ricardo, em 1815, intitulado “Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital.” Como fontes secundárias utilizaram-se livros e artigos científicos.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO VIVENCIADO POR MALTHUS E RICARDO

A Ciência Econômica nasceu no século XVIII no contexto da Revolução Industrial inglesa e da publicação, em 1776, da obra “A riqueza das nações: uma investigação sobre sua natureza e suas causas”, por Adam Smith. Trata-se de uma fase de consolidação do

capitalismo como sistema econômico predominante, onde o capital industrial se sobrepôs ao comercial. Para Hobsbawm (1981), a I Revolução Industrial não ocorreu na Inglaterra por acidente. O estoque de capital, mão de obra e recursos naturais, além da classe capitalista ter assumido o poder político, em 1688, contribuíram para isto. O mesmo se pode dizer do nascimento da economia política tendo Adam Smith como fundador.

Malthus e Ricardo fazem parte desta escola fundada por Smith. Viveram na mesma época e mantiveram grande amizade, embora discordassem de vários aspectos quando se tratava de economia política. Segundo Oser e Blanchfield (1983: 105): “Nem por isso um chegou a persuadir o outro”. De acordo com Ricardo apud Oser e Blanchfield (1983: 105): “[...]. Essas discussões, todavia, nunca influenciaram nossa amizade, não gostaria de você mais do que gosto caso tivesse concordado com minhas opiniões”. Um dos temas estudados por ambos, que trouxe implicações importantes para o crescimento econômico da Inglaterra foi o conjunto de leis denominadas “Leis dos Cereais”.

2.2 AS LEIS DOS CEREAIS E AS CONTROVÉRSIAS ENTRE RICARDO E MALTHUS

2.2.1 As “Leis dos Cereais”

As “Leis dos Cereais” eram conhecidas e praticadas na Europa desde o século XI. No caso da Grã-Bretanha tratavam-se de um conjunto de leis protecionistas, conhecidas como *Corn Laws*, que regulamentavam a importação e a exportação de cereais. Iniciaram-se no final do século XIII e só foram revogadas em meados do século XIX, no ano de 1846. Estas leis foram motivo de muitas controvérsias, ao longo do tempo, não somente entre economistas como Malthus e Ricardo, mas, também, entre os proprietários de terras que seriam os mais beneficiados com sua manutenção, dado que viviam da renda da terra. Assim, quanto maiores os preços dos cereais, maiores os valores recebidos pelo aluguel da terra. A manutenção por tanto tempo destas leis evidenciam o poder dos proprietários de terras no Parlamento.

Quanto aos capitalistas, ligados ao sistema fabril, ou, como dizia David Ricardo à indústria algodoeira, se queixavam da queda na taxa de lucro. Estas leis tornaram-se mais fortes na “Era Napoleônica (1799 -1815)” pelas rivalidades entre a França e a Inglaterra.

2.2.2 Malthus e a defesa ao protecionismo agrícola

Malthus não foi um pensador sem importância. O seu “Ensaio sobre a população” incita, ainda na atualidade, uma diversidade de estudos pela miséria que assola grande parte da população mundial. Quando se trata da sua obra “Princípios de economia política,” é inegável a sua contribuição à Keynes e à sua “Teoria Geral” publicada 1936, cujas ideias

serviram de base para o governo Roosevelt, na definição de políticas para dinamização do mercado interno norte americano afetado pela “Crise de 1929”.

Quanto às “Leis dos Cereais”, Malthus defendia a sua manutenção sob a argumentação de que geravam aumentos na renda dos proprietários de terras, porque estes consumiam toda a sua renda, contribuindo, assim para evitar a superprodução. Malthus era contrário à Lei de Say que afirma que toda oferta gera sua própria demanda. Ao defender esta posição, Malthus se colocava contrário ao pensamento de Ricardo, sobre este tema. Em 1815, Malthus publicou um artigo intitulado “Bases para uma opinião sobre a política de restrição à importação de trigo”, onde argumentava que a Inglaterra deveria estimular a produção interna de trigo e não depender das importações. (MALTHUS, 1996)

2.2.3 Ricardo e a crítica aos efeitos dos preços dos cereais sobre os lucros do capital

Segundo Keynes (1983), Ricardo (1772-1823), por defender os interesses capitalistas estava para a Inglaterra, assim como a Inquisição estava para a Espanha nos seus áureos tempos. Ricardo foi um crítico fervoroso às “Leis dos Cereais” pelos efeitos sobre os preços agrícolas e aos lucros do capital, levando à baixa do crescimento econômico da Inglaterra. Em 1815, após o declínio de Napoleão Bonaparte, Ricardo publicou o artigo “Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital” argumentando que o protecionismo da agricultura levava ao aumento constante dos preços agrícolas e que este encarecimento levava aos aumentos nominais dos salários, reduzindo, consequentemente, a taxa de lucro da indústria algodoeira.

Discordando de Malthus sobre a possibilidade de haver superprodução, Ricardo, desenvolveu a Teoria da Renda da Terra e a Lei dos Retornos Decrescentes, mostrando que além dos reflexos das “Leis dos Cereais”, o crescimento da população levava à necessidade da incorporação, ao processo produtivo, de terras menos férteis, gerando o aumento dos custos de produção, incluindo o aumento nominal dos salários. Por isto, os preços dos produtos comercializados cresciam impactando, negativamente, em todos os setores da economia britânica.

3 IMPLICAÇÕES AO CRESCIMENTO ECONÔMICO BRITÂNICO

Os entraves econômicos vivenciados pela Grã-Bretanha na época em que viveram Malthus e Ricardo tiveram impacto no crescimento industrial britânico. Segundo Saes e Saes (2013), a participação do Reino Unido, na produção industrial mundial caiu de 31,8%, em 1870, para 9,4%, entre 1926 e 1929, enquanto a dos Estados Unidos cresceu de 23,3%, para

42,2%, no mesmo período. Ressalta-se que a I Revolução Industrial aconteceu na Inglaterra em meados do século XVIII, enquanto nos demais países industrializados a II Revolução Industrial ocorreu no século XIX, tendo como base empresas modernas e que exigiam volumes crescentes de capital, maior complexidade tecnológica e novas formas de organização. A indústria britânica foi incapaz de acompanhar este processo. (SAES, SAES, 2013)

4 CONCLUSÃO

Quanto às leis econômicas, Ricardo, assim como os demais clássicos, se preocupou com a oferta e, por isto, foi contra a manutenção das “Leis dos Cereais”, considerando-se a elevação generalizada dos preços ao longo do tempo e a consequente queda nas taxas de lucros, sobretudo, da indústria. O que impactava na acumulação de capital britânica e, portanto, no seu crescimento econômico. Malthus, contrariando os demais clássicos, se preocupou com a demanda e, por isto, defendeu a manutenção das “Leis dos Cereais” dado que isso aumentaria a renda do setor agrícola e, portanto, elevaria os gastos dos proprietários de terras, evitando, assim, uma possível crise de superprodução. Na prática, Ricardo estava certo, mas Malthus venceu a discussão considerando-se que tais leis foram mantidas até 1846.

REFERÊNCIAS

- HOSBSBAWN, E. **A era das revoluções: 1789-1848**. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- KEYNES, J. M **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1983.
- MALTHUS, T. R. **Princípios de economia política**: considerações sobre sua aplicação prática. Coleção Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- RICARDO, D. Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital. In: NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo e Marx**: considerações sobre a história do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Graal,
- SAES, F. A. M; SAES, A. M. **História Econômica Geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- OSER, J; BLANCHFIELD, W. C. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1983.



ISBN n° 978-65-01-11585-6

A ECONOMIA POLÍTICA DURANTE O SÉCULO XVIII: O ESTADO E OS LIMITES DO LIBERALISMO EM SMITH

Rosalina Lima Izepão¹
Fernanda Pretti Andrade²

ÁREA 01: HISTÓRIA ECONÔMICA, ECONOMIA POLÍTICA E METODOLOGIA

RESUMO

As ações da Igreja e dos Estados absolutistas com suas práticas mercantilistas já eram amplamente criticadas no século XVIII, sobretudo, pelos iluministas, cuja base do pensamento era o liberalismo. No campo econômico foi quando ocorreu a I Revolução Industrial, fenômeno único na Inglaterra. Foi nesta época que o então filósofo iluminista, Adam Smith (1723-1790), despontou, também, como economista transformando a economia em Ciência com a publicação, em 1776, da sua obra máxima ‘A riqueza das nações’. O sucesso foi imediato e a obra continua sendo a base dos estudos econômicos desde as mais renomadas universidades do mundo até as de menor porte. Considerando-se a sua importância, no presente estudo tem-se como objetivo discutir as funções do Estado segundo Adam Smith visando entender quais são os limites do liberalismo econômico smithiano. Parte-se da hipótese de que a postura liberal de Smith se faz em oposição ao Absolutismo, altamente intervencionista em todos os setores da sociedade. Isto não quer dizer que o Estado para Smith não tenha funções a desempenhar. Não se trata, portanto, de um liberalismo sem restrições, como alguns podem pensar. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfico-descritiva, tendo a ‘A riqueza das nações’ como fonte primária de análise. Os resultados evidenciaram que, para Smith, o Estado tem o dever de agir, para auxiliar no crescimento econômico do povo e da nação. Deve fazê-lo atuando na defesa do país contra ataques externos, na defesa interna por meio da Justiça, na oferta de infraestrutura e educação/instrução pública para todas as pessoas e de todas as idades, além de manter o funcionamento do próprio Estado. As receitas viriam dos impostos e tributos.

Palavras-chave: Adam Smith. Funções do Estado. Liberalismo.

JEL: 11

Projeto institucional: Grupo de Estudos de Economia Política (GEEP), Processo n. 2148/2023. O projeto conta com 20 participantes.

¹ Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá – rlizepao@uem.br.

² Graduada em Ciências Econômicas pela UEM. Acadêmica em Ciências Contábeis pela UEM.

INTRODUÇÃO

O século XVIII produziu transformações, na Europa, em todos os aspectos. Na economia política, as críticas à Igreja, às monarquias absolutistas e à nobreza estavam no centro dos debates. As novas ideias consolidaram-se no Iluminismo, tendo por base a defesa do liberalismo e dos interesses burgueses. E justamente neste contexto histórico que se tem o nascimento da Ciência Econômica, tendo em Adam Smith (1723 – 1790), o seu principal teórico, por sua obra ‘A riqueza das nações’ publicada, originalmente, em 1776. Desde então, este livro vem se constituindo em base fundamental para os estudos econômicos.

No presente estudo tem-se como objetivo discutir as funções do Estado, segundo Adam Smith, visando entender quais são os limites do liberalismo smithiano. Parte-se da hipótese de que a postura liberal de Smith se faz em oposição ao Absolutismo, altamente intervencionista em todos os setores da sociedade. Isto não quer dizer que o Estado para Smith não tenha funções e deveres importantes a desempenhar, em auxílio ao processo de acumulação capitalista.

Metodologicamente trata-se de uma pesquisa, caracterizada por seus objetivos, como bibliográfico-descritiva, tendo como fonte primária a obra ‘A riqueza das nações’, além de livros e artigos científicos como fontes secundárias. O estudo encontra-se estruturado em 3 seções, além desta Introdução e da Conclusão. Na primeira seção tem-se uma breve biografia de Smith e o contexto histórico-econômico em que viveu. Na segunda seção, destacam-se, em linhas gerais, os principais elementos que compõem o pensamento filosófico e econômico deste autor e na terceira seção tem-se a análise sobre as funções do Estado e suas limitações.

1 ADAM SMITH (1723-1790) E O CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO-ECONÔMICO INGLÊS DO SÉCULO XVIII

Adam Smith nasceu na Escócia, em 1723. Estudou Ciência Moral, Política e Línguas em Oxford. Em 1751, passou a lecionar Filosofia Moral. Em 1759, publicou o livro ‘A teoria dos sentimentos morais’³. Após 12 anos, deixou o magistério e como tutor viajou pela Europa, incluindo a França onde conviveu com fisiocratas, como François Quesnay, um árduo defensor do liberalismo- *Laissez-faire*, *Laissez-passer*. Assim, aproximou-se do tema economia política. Gostou das críticas ao mercantilismo feitas pelos fisiocratas e, também,

³ Nesta obra filosófica, Smith defende o Estado liberal, ao discutir vícios e virtudes, mostrando que o homem, diferente do pensamento de Maquiavel e Hobbes, defensores do absolutismo, sabe conviver em sociedade. Que os homens não sociais são exceções que devem ser tratadas por meio do sistema de justiça. Assim, se a maioria das pessoas sabe se comportar em sociedade, a tutela do Estado é desnecessária.

absorveu a ideia da riqueza como «'bens consumíveis anualmente reproduzidos pelo trabalho da sociedade' (OSER ; BLANCHFIELD, 1983 : 65).

Em 1766, Smith aposentou-se e iniciou os escritos que resultaram na publicação, em 1776, da obra 'A riqueza das nações'. Neste livro apresenta, com farto material histórico e empírico, um modelo explicativo para o crescimento econômico das nações. O laboratório foi a Inglaterra, o único país a industrializar-se no século XVIII, tornando-se potência hegemônica capitalista, tanto pela atividade comercial, quanto industrial. Expandidas em escala mundial, estas atividades levaram a Inglaterra à acumulação crescente de capital.

Assim, não é por acaso que Smith inicia a obra "A riqueza das nações", ressaltando a importância da divisão do trabalho, pois a I Revolução Industrial tinha como característica básica a produção em larga. Tudo o que fosse produzido seria vendido, já que a Inglaterra tinha todos os continentes como mercados. Assim, no processo produtivo precisava-se de um trabalhador com destreza, para aumentar a produtividade. O que seria mais facilmente obtida com o aperfeiçoamento da divisão do trabalho. Outro fator importante foi a liberdade de produção e comercialização, possibilitada burguesia no poder político, a partir de 1688⁴. Este liberalismo favoreceu as atividades econômicas, incluindo ações do Estado em infraestrutura, eliminação de barreiras tarifárias e a unificação de impostos (BEAUD, 2004). Isso tudo, atrelado ao avanço da ciência moderna, explica porque Escola Clássica de Economia surgiu na Inglaterra, com Smith.

2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PENSAMENTO FILOSÓFICO E ECONÔMICO DE SMITH

As ideias filosóficas de Smith foram difundidas por meio do livro 'Teoria dos sentimentos morais'. Nesta obra publicada em 1759, Smith afirma que o egoísmo das pessoas é contido por meio da capacidade que os indivíduos têm de se solidarizar uns com os outros. Assim, contrapõe-se ao Estado absolutista coercitivo. Ressalta-, ainda, que embora os indivíduos sejam guiados pelas forças econômicas e pelo auto-interesse, a sociedade é justa. Em 1776, publicou a primeira edição de 'Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações' mais conhecida como 'A riqueza das nações', sua obra máxima.

Nessa obra, estruturada em 5 livros, Smith explica que a riqueza das nações vem do trabalho produtivo e o aumento da produção pela divisão do trabalho, cuja origem está na propensão humana à troca. Os indivíduos buscam o interesse próprio: "Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse" (SMITH, 1988: 25). O tamanho do mercado, assim como o uso dinheiro nas trocas, são importantes para a divisão do trabalho. Quanto ao VALOR Smith não conseguiu teoriza-lo, ficando aos seus sucessores esta tarefa. A palavra 'valor' teria dois significados, para Smith: 'valor de uso' e

⁴ Implantação da Monarquia Parlamentarista, com a Revolução Gloriosa.

‘valor de troca’. Iniciou a teoria do valor trabalho’, que foi aperfeiçoada por Ricardo e Marx nas décadas seguintes.

Já o preço de qualquer mercadoria é composto da renda do proprietário da terra, do salário do trabalhador e do lucro do capitalista. Assim, a renda anual de uma sociedade era distribuída entre salários, lucros e renda da terra. O preço natural da mercadoria é o quanto ela ‘vale’ efetivamente, enquanto o preço em que uma mercadoria é vendida denominava-se ‘preço de mercado’, obtido pela interação entre a oferta e a demanda (SMITH, 1988). A acumulação de capital é importante para o avanço da divisão do trabalho. O capital divide-se em dois tipos: fixo (máquinas e instrumentos de trabalho,) e circulante (salários e matérias primas). Existiam, também, dois tipos de trabalho: o produtivo, que produz bens tangíveis e o improdutivo que não gera tais bens. Quanto ao comércio Smith o defendia tanto o interno, quanto o externo. O Estado é tratado no Livro Quinto.

3 O ESTADO, O LIBERALISMO E SEUS LIMITES NA OBRA DE SMITH⁵

Segundo Smith, a Economia Política é a ciência do legislador, do estadista e tem como objetivo “enriquecer tanto o povo, quanto o soberano” (SMITH, 1988:43)⁶. Nesta parte de “A riqueza das nações” Smith evidencia a relação direta entre a atuação do Estado e o desenvolvimento da economia para promoção da riqueza do povo e da nação. Ressalta, sobretudo nos livros primeiro e segundo, que fatores como a divisão do trabalho, estoque de capital e mão de obra, são importantes para o crescimento econômico. Que todos convivem harmoniosamente, segundo a ordem natural, guiados pela “mão invisível”. No entanto, mostra que o Estado tem funções importantes a desempenhar evidenciando que liberalismo tem limites. Isto porque em uma sociedade dividida em classes, nem sempre os mecanismos de mercado são capazes de resolver conflitos naturais.

Assim, para Smith, o Estado deve agir, mas, sem se tornar um obstáculo à livre iniciativa, sem tolher as liberdades individuais ou inibir o crescimento econômico individual e das nações, como faziam os Estados absolutistas. Ou seja, o Estado não pode e não deve, segundo Smith, interferir no curso natural da sociedade, mas deve auxiliar o desenvolvimento da livre iniciativa e da própria nação, inclusive controlando, da melhor forma possível, suas receitas e despesas.

Para Smith são funções do Estado: a) “O primeiro dever do soberano, o de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes [...] (SMITH, 1988: 3). Se deve fazer isto com a força militar – exército. Os gastos são permitidos em tempos de guerra e de paz; b) Justiça: “O segundo dever do soberano, o de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade da injustiça ou opressão de todos os outros membros da mesma” (SMITH, 1988: 15). O que comporta gastos com um sistema judicial independente e rigoroso. Para Smith, uma sociedade onde a justiça não funciona tende a declinar.; c) O terceiro dever do soberano ou do Estado é o de **criar e manter instituições e obras públicas** que, embora possam proporcionar a máxima vantagem para a

⁵ Todas as ideias expressas aqui foram extraídas do livro quinto. Volume III, na edição de 1988.

⁶ Volume III.

grande sociedade, são de tal natureza [...]” (SMITH, 1988: 25. Grifos nosso). Para Smith, existem obras como as de infraestrutura, por exemplo, que exigem grandes investimentos em capital levando ao desinteresse da iniciativa privada. O estado deve assumir estes investimentos.

Que obras seriam estas? Construções direcionadas à defesa do país contra ataques externos; à administração da justiça, à construção de infraestrutura para facilitar o comércio, tais como: construção e manutenção de estradas, pontes, canais navegáveis etc. E à promoção da instrução dos cidadãos de todas as idades. Quanto à educação/instrução além dos edifícios, o Estado deve auxiliar com uma ajuda de custo os professores porque recebem contribuições voluntárias, sobretudo os religiosos. Adicionalmente, Smith inclui uma quarta função do Estado que seria a manutenção, com dignidade, do sustento do soberano. Segundo Smith (1988: 91): “Além da despesa necessária para possibilitar ao soberano o cumprimento de seus vários deveres, requer-se determinada despesa para sustentar sua dignidade.” O valor destes gastos varia de época para época e dependem também da riqueza do país. Em fases de prosperidade podem ser maiores. De onde viriam as receitas para estas despesas do Estado? Do povo, por meio de impostos e tributos.

4 CONCLUSÃO

Adam Smith pertencia ao Iluminismo, movimento que congregava árdios defensores do liberalismo político e econômico. Foi responsável pela transformação da economia em Ciência, com a publicação de “A riqueza das nações”, em 1776. Nesta obra, Smith, no Livro Quinto, mostra que Estado liberal/mínimo não significa Estado inoperante. Trata-se de um Estado que não deve interferir na ordem natural do funcionamento da sociedade. No entanto, o Estado tem o dever de atuar/agir protegendo a país contra ataques externos, proteger os cidadãos internamente, promover a educação/instrução para todos os cidadãos, além de investir em obras públicas, importantes para o crescimento econômico do povo e da nação.

REFERÊNCIAS

- BEAUD, M. **História do capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: brasiliense, 2004.
- OSER, J; BLANCHFIELD, W. C. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1983.
- SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1988, Volumes I, II e III.
- STEWART, D. **Biografia crítica**. In: SMITH, A. Teoria dos Sentimentos morais. São Paulo: Martins Fontes, 1999.